

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - Questões de 1 a 25

Para responder a essas questões, identifique APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque a letra correspondente na Folha de Respostas.

LÍNGUA PORTUGUESA — Questões de 1 a 8

QUESTÕES de 1 a 3

Texto:

Linguagem clara aproxima o poder público do cidadão

A comunicação entre o poder público e a população não se completa com a simples divulgação de uma informação. Para cumprir sua finalidade, a mensagem precisa ser compreendida por quem necessita dela. Por isso, a linguagem simples procura apresentar o conteúdo de modo claro, direto e organizado, sem eliminar informações necessárias nem tratar o cidadão de maneira infantilizada.

- 5 Em documentos, avisos e orientações, a escolha de palavras conhecidas, a organização das ideias e a apresentação inicial das informações mais importantes facilitam o acesso aos serviços públicos. Essa forma de comunicação também pode reduzir dúvidas, erros e retrabalho no atendimento.

Comunicar com clareza, portanto, não significa apenas encurtar textos. Significa considerar as necessidades do destinatário e criar condições para que ele compreenda a informação, tome decisões e exerça seus direitos.

- 10 Nesse sentido, uma mensagem pública só alcança plenamente seu objetivo quando se transforma em informação efetivamente acessível.

BRASIL. **Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos**. Linguagem simples. Brasília, DF: Portal do Servidor, [s.d.]. Disponível em: <gov.br/servidor>. Acesso em: 27 jul. 2026. Adaptado.

QUESTÃO 1

A reflexão desenvolvida no texto sustenta que a qualidade da comunicação pública depende, fundamentalmente,

- A) da simplificação lexical dos documentos, desde que sejam mantidas as informações indispensáveis ao cidadão.
- B) da adequação da mensagem às condições de compreensão do destinatário, de modo que a informação possa produzir efeitos concretos em sua relação com o poder público.
- C) da redução da extensão dos textos administrativos, associada à apresentação imediata das orientações consideradas prioritárias.
- D) da substituição da linguagem técnica por formas mais usuais de expressão, a fim de ampliar a proximidade entre servidores e população.
- E) da organização objetiva das informações públicas, ainda que a interpretação final permaneça sob responsabilidade exclusiva do destinatário.

QUESTÃO 2

Ao distinguir linguagem simples de mera redução textual, o texto estabelece que a clareza na comunicação pública resulta

- A) da eliminação de informações acessórias, ainda que essa escolha limite a autonomia interpretativa do cidadão.
- B) da substituição de construções formais por estruturas informais, desde que a mensagem se torne mais próxima do leitor.
- C) da concentração das informações em enunciados breves, capazes de reduzir o tempo necessário para sua leitura.
- D) da articulação entre seleção lexical, organização das ideias e consideração das necessidades do destinatário, sem prejuízo do conteúdo necessário.
- E) da apresentação inicial das informações principais, independentemente da forma como os demais conteúdos sejam organizados.

No último parágrafo, o emprego da expressão "portanto" contribui para a organização do texto porque

- A) introduz uma ressalva à ideia de que a linguagem simples favorece o acesso do cidadão às informações públicas.
- B) estabelece uma conclusão decorrente dos argumentos apresentados anteriormente, reforçando que a clareza depende da compreensão efetiva da mensagem.
- C) acrescenta uma informação independente das ideias anteriores, ampliando a discussão sobre a comunicação entre o Estado e a população.
- D) exemplifica uma situação específica em que a linguagem simples pode ser utilizada na elaboração de documentos oficiais.
- E) retoma uma informação mencionada no início do texto para enfatizar a importância da redução da extensão dos textos administrativos.

QUESTÕES de 4 a 6

Texto:

Inclusão digital: acesso, autonomia e segurança

Nas últimas décadas, a ampliação dos serviços digitais transformou a forma como cidadãos acessam informações, solicitam documentos, realizam pagamentos e utilizam diversos serviços públicos e privados. Essa mudança trouxe mais rapidez e ampliou as possibilidades de comunicação entre instituições e sociedade. Entretanto, o simples crescimento da oferta desses serviços não garante que todas as pessoas consigam utilizá-los de maneira efetiva.

A exclusão digital permanece como um desafio em diferentes regiões do país. Além da falta de acesso à internet ou a equipamentos adequados, muitas pessoas encontram dificuldades para compreender o funcionamento das plataformas, identificar informações confiáveis ou utilizar ferramentas digitais com autonomia. Fatores como escolaridade, renda, idade e desigualdades sociais influenciam diretamente essa realidade.

Outro aspecto relevante é o aumento dos golpes praticados por meios eletrônicos. Mensagens falsas, páginas fraudulentas e tentativas de obter dados pessoais exigem que os usuários desenvolvam habilidades para reconhecer situações de risco e proteger suas informações. Nesse contexto, promover inclusão digital significa ampliar o acesso às tecnologias, fortalecer o letramento digital e incentivar práticas de segurança que permitam o exercício pleno da cidadania na sociedade contemporânea.

BRASIL. **Secretaria Nacional do Consumidor** (SENACON). Orientações sobre prevenção a fraudes e golpes digitais. Brasília, DF. Adaptado.

A argumentação desenvolvida no texto permite concluir que a inclusão digital

- A) depende principalmente da ampliação da infraestrutura tecnológica, pois o acesso aos equipamentos e à internet constitui condição suficiente para que os cidadãos utilizem os serviços digitais com autonomia.
- B) relaciona-se ao acesso às tecnologias, mas pressupõe também o desenvolvimento de competências para utilizar recursos digitais de forma crítica, segura e compatível com as demandas da vida em sociedade.
- C) tornou-se uma consequência natural da expansão dos serviços digitais, reduzindo progressivamente as desigualdades relacionadas ao uso das tecnologias da informação.
- D) concentra-se na prevenção de golpes eletrônicos, uma vez que os problemas decorrentes da falta de acesso às tecnologias tendem a desaparecer com a digitalização dos serviços públicos.
- E) resulta prioritariamente da capacidade individual de adaptação às novas tecnologias, independentemente das condições sociais, econômicas e educacionais dos diferentes grupos da população.

Considere o trecho:

"Além da falta de acesso à internet ou a equipamentos adequados, muitas pessoas encontram dificuldades para compreender o funcionamento das plataformas, identificar informações confiáveis ou utilizar ferramentas digitais com autonomia."

Sem alteração relevante do sentido original e em conformidade com a norma-padrão, esse trecho pode ser reescrito como:

- A) A dificuldade para compreender as plataformas e identificar informações confiáveis impedem que muitas pessoas tenham acesso à internet e obtenham equipamentos adequados.
- B) Embora muitas pessoas tenham dificuldades para compreender as plataformas digitais, a falta de acesso à internet e a equipamentos adequados favorece o uso autônomo dessas ferramentas.
- C) Às limitações de acesso à internet ou a equipamentos adequados somam-se, para muitas pessoas, dificuldades de compreender as plataformas, identificar informações confiáveis e utilizar ferramentas digitais com autonomia.
- D) A falta de acesso à internet e a equipamentos adequados são decorrentes das dificuldades que muitas pessoas apresentam para compreender as plataformas e utilizar ferramentas digitais.
- E) Muitas pessoas encontram dificuldades para compreender as plataformas digitais, de modo que o acesso à internet e a equipamentos adequados deixam de contribuir para sua autonomia.

Considerando sua forma de organização, a linguagem empregada e a finalidade comunicativa, o texto caracteriza-se como predominantemente expositivo porque

- A) apresenta orientações sequenciadas para que o leitor reconheça mensagens fraudulentas e execute procedimentos de proteção de seus dados pessoais.
- B) comunica uma ocorrência recente relacionada aos serviços digitais, situando os fatos no tempo e identificando os agentes envolvidos no acontecimento.
- C) expõe aspectos da inclusão digital e articula informações para ampliar a compreensão do leitor sobre um problema de interesse coletivo.
- D) regulamenta o acesso da população aos serviços digitais, estabelecendo obrigações para os usuários e responsabilidades para as instituições públicas.
- E) relata uma experiência individual de exclusão digital, empregando impressões pessoais para aproximar o leitor das dificuldades enfrentadas pelo narrador.

QUESTÕES 7 e 8

Texto:



BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Um por Todos e Todos por Um! Pela Ética e Cidadania: Cidadania (tirinha)**. Brasília: Controladoria-Geral da União; Ministério da Educação 2013. Material educativo produzido em parceria com o Instituto Maurício de Sousa. Disponível no programa Um por Todos e Todos por Um! (UPT).

QUESTÃO 7

A construção do humor na tirinha decorre principalmente do fato de que uma das personagens

- A) demonstra desconhecer completamente o significado dos conceitos de direito e dever apresentados pelos colegas.
- B) interpreta a ideia de cidadania de forma incoerente, ao reivindicar como direito um interesse exclusivamente pessoal.
- C) modifica o tema da conversa para discutir a importância da alimentação saudável durante a convivência escolar.
- D) questiona a necessidade de preservar a limpeza dos espaços públicos diante das dificuldades enfrentadas pelos cidadãos.
- E) reconhece a importância do cumprimento dos deveres, mas argumenta que eles devem ser exigidos apenas dos adultos.

QUESTÃO 8

Na sequência das falas, a passagem das expressões “nossos direitos”, “nosso direito” e “nosso dever” para “o meu direito” contribui para

- A) associar o exercício da cidadania ao cumprimento de regras coletivas, mas desconsidera a existência de direitos individuais nas relações sociais.
- B) reconhecer a importância dos deveres públicos, porém entende que a manutenção dos espaços comuns depende prioritariamente da atuação do Estado.
- C) valorizar o respeito às normas sociais, mas substitui a cooperação entre os cidadãos pela cobrança de comportamentos individuais.
- D) considerar a limpeza dos espaços públicos uma responsabilidade compartilhada, embora rejeite a participação de crianças nesse processo.
- E) deslocar a discussão do plano coletivo para o interesse particular, produzindo o efeito crítico que encerra a tirinha.

* * *

QUESTÃO 9

Considerando as seguintes regras estabelecidas em um setor administrativo acerca da participação de servidores em um curso de capacitação:

- Todo servidor que participa do curso entrega o relatório final.
- Nenhum servidor que deixa de entregar o relatório recebe certificado.
- O servidor X participou do curso.

Nessas condições, identifique a conclusão logicamente necessária:

- A) O servidor X recebeu certificado.
- B) O servidor X entregou o relatório final.
- C) Todo servidor que entrega o relatório participou do curso.
- D) Nenhum servidor sem certificado participou do curso.
- E) Apenas servidores certificados participam do curso.

QUESTÃO 10

Em uma ação de fiscalização, uma empresa foi autuada com multa de R\$ 2.000,00. A norma aplicável estabelece que em caso de pagamento após o vencimento, incide acréscimo de 10% sobre o valor da multa e se o pagamento ocorrer, ainda assim, à vista no prazo de regularização, aplica-se desconto de 20% sobre o valor já acrescido.

Considerando que a empresa efetuou o pagamento após o vencimento, mas à vista dentro do prazo de regularização com direito ao desconto, o valor final pago foi de:

- A) R\$ 1.600,00
- B) R\$ 1.760,00
- C) R\$ 1.800,00
- D) R\$ 1.960,00
- E) R\$ 2.160,00

QUESTÃO 11

Em uma operação de manutenção urbana, 6 equipes, com 4 agentes em cada uma, realizam a limpeza de 18 ruas em 5 dias, trabalhando 6 horas por dia. Mantidas as mesmas condições de produtividade individual, se a administração passar a contar com 8 equipes, com 3 agentes em cada uma, trabalhando 10 dias e 9 horas por dia, o número de ruas que poderão ser limpas será:

- A) 36
- B) 45
- C) 48
- D) 54
- E) 60

QUESTÃO 12

Um valor utilizado em determinado serviço municipal sofreu duas alterações sucessivas: inicialmente, recebeu um acréscimo de 20% sobre o valor original; em seguida, foi reduzido em 20% sobre o valor já reajustado.

A afirmação de que essas alterações fazem o valor retornar ao seu montante inicial está

- A) correta, pois percentuais iguais de acréscimo e redução anulam seus efeitos.
- B) correta, pois a redução de 20% incide sobre o valor original.
- C) incorreta, pois o valor final corresponde a 80% do valor inicial.
- D) incorreta, pois o valor final corresponde a 100% do valor inicial.
- E) incorreta, pois o valor final corresponde a 96% do valor inicial.

* * *

QUESTÃO 13

Durante o processo de informatização dos serviços de uma Prefeitura Municipal, a equipe técnica da Diretoria de TI realizou o inventário dos recursos computacionais utilizados pelos agentes de fiscalização. No relatório final, foram listados os seguintes elementos:

1. Monitores operacionais e coletores eletrônicos de dados de campo;
2. Sistemas operacionais e aplicativos de emissão de autos de infração;
3. Discos rígidos e unidades de armazenamento dos servidores da prefeitura.

Ao classificar esses elementos segundo a arquitetura básica de computadores, o técnico responsável concluiu corretamente que

- A) os itens 1 e 3 constituem hardware, por serem componentes físicos, enquanto o item 2 constitui software, por representar os componentes lógicos e programas.
- B) os itens 1 e 2 constituem hardware, por estarem diretamente acessíveis ao usuário, enquanto o item 3 constitui software, por ficar restrito ao ambiente de servidor.
- C) o item 1 constitui hardware, o item 2 constitui software e o item 3 é uma categoria intermediária que não se enquadra nas definições clássicas da informática.
- D) os itens 2 e 3 constituem software, por se relacionarem ao processamento e armazenamento de dados, enquanto o item 1 constitui hardware.
- E) os três itens constituem software, pois todos dependem de rotinas de processamento lógicas para operar no ambiente municipal.

QUESTÃO 14

Os navegadores de internet desempenham papel central na mediação entre o usuário e os conteúdos disponíveis na rede, sendo responsáveis por interpretar códigos, gerenciar conexões e armazenar informações que influenciam a experiência de navegação, como cache, cookies e dados de sessão.

KUROSE, James F.; ROSS, Keith W. **Redes de computadores e a Internet**: uma abordagem top-down. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2013. Adaptado.

Considere que um usuário acessa repetidamente um sistema online por meio de um navegador. Após realizar alterações em seu perfil na plataforma, percebe que, ao retornar posteriormente, as informações exibidas continuam desatualizadas, mesmo após novo acesso ao sistema. Ao tentar acessar a mesma página em outro navegador, as informações aparecem corretamente atualizadas.

Considerando o funcionamento dos navegadores de internet, a ação adequada para resolver o problema descrito no primeiro navegador consiste em

- A) desativar a conexão com a internet e reiniciar o navegador, forçando a atualização automática dos dados armazenados.
- B) limpar os dados de navegação, incluindo cache e cookies, de modo a eliminar versões armazenadas localmente da página.
- C) alterar o mecanismo de busca padrão do navegador, garantindo que a página seja carregada a partir de servidores atualizados.
- D) instalar uma extensão de segurança no navegador, impedindo o carregamento de conteúdos desatualizados.
- E) modificar o endereço da página acessada, substituindo o protocolo HTTP por HTTPS para garantir a atualização das informações.

QUESTÃO 15

A segurança da informação em ambientes digitais envolve a identificação de ameaças que exploram tanto vulnerabilidades técnicas quanto comportamentos dos usuários. Ataques contemporâneos frequentemente combinam engenharia social, manipulação de credenciais e mecanismos automatizados de coleta de dados, tornando insuficiente a adoção de medidas isoladas de proteção.

STALLINGS, William. **Criptografia e segurança de redes: princípios e práticas**. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2017. Adaptado.

Considere a seguinte situação: um servidor público recebe um e-mail aparentemente enviado por um serviço institucional conhecido, solicitando a atualização urgente de sua senha sob pena de bloqueio de acesso. O e-mail contém um link que direciona para uma página visualmente idêntica ao portal oficial. Após inserir suas credenciais, o usuário percebe que não houve qualquer atualização no sistema. Dias depois, sua conta é utilizada para envio de mensagens indevidas a outros usuários da instituição.

A análise técnica da situação descrita, considerando os mecanismos envolvidos no incidente, indica que

- A) ocorreu a ação de um vírus que, ao ser executado automaticamente pelo navegador, capturou as credenciais do usuário sem necessidade de interação direta.
- B) houve falha no sistema de criptografia da instituição, permitindo que a senha fosse interceptada durante sua transmissão legítima.
- C) trata-se de um ataque de phishing, no qual o usuário foi induzido a fornecer suas credenciais em uma página fraudulenta.
- D) o incidente decorre exclusivamente da fragilidade da senha utilizada, sendo irrelevante a origem do link acessado pelo usuário.
- E) trata-se de um ataque de negação de serviço, no qual o sistema foi sobrecarregado, resultando no comprometimento das contas institucionais.

Durante a rotina administrativa, um servidor recebeu por e-mail a solicitação de encaminhar ao setor competente um relatório acompanhado de fotografias, planilhas e um documento em PDF. Antes do envio, organizou os arquivos, adotou nomes que permitiam identificá-los e conferiu se correspondiam aos documentos solicitados.

Para encaminhar corretamente os arquivos e preservar a organização da comunicação, o servidor deve

- A) criar uma nova mensagem, anexar os documentos e excluir o e-mail da pasta “Enviados” após confirmar o encaminhamento.
- B) responder à mensagem recebida, manter o assunto e o histórico, identificar os documentos anexados, conferir os destinatários e preservar o e-mail enviado.
- C) responder à solicitação e incluir no campo “Com cópia” todos os endereços institucionais conhecidos, facilitando o acesso aos documentos.
- D) encaminhar os arquivos ao remetente da solicitação, mesmo que outro setor tenha sido indicado como destinatário, deixando-lhe a distribuição interna.
- E) substituir o assunto original por uma expressão genérica e retirar o histórico da mensagem, permitindo sua utilização em outros encaminhamentos.

* * *

QUESTÃO 17

O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2024 apontou que 108 países estavam classificados como economias de renda média ao final de 2023. Desde a década de 1990, porém, apenas 34 economias desse grupo conseguiram alcançar a condição de alta renda. Para enfrentar a chamada “armadilha da renda média”, o Banco Mundial recomenda estratégias graduais, combinando investimento, incorporação e difusão de tecnologias e, nos estágios mais avançados, inovação. A escolha dessas estratégias deve considerar o nível de desenvolvimento e as condições institucionais de cada país.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2024**: a armadilha da renda média. Washington, DC: Banco Mundial, 2024. Adaptado.

A análise apresentada no relatório indica que

- A) as estratégias de desenvolvimento devem ser adaptadas às condições econômicas e institucionais dos países, combinando diferentes instrumentos conforme o estágio alcançado.
- B) os países de renda média alcançam níveis elevados de renda quando concentram suas políticas exclusivamente na ampliação dos investimentos internos.
- C) a incorporação de tecnologias estrangeiras deve substituir os investimentos produtivos nos países que ainda não atingiram níveis elevados de renda.
- D) a inovação constitui a primeira medida a ser adotada por qualquer economia, independentemente de sua estrutura produtiva e de seu nível de desenvolvimento.
- E) a passagem para o grupo de alta renda ocorre naturalmente com o crescimento econômico, sem exigir mudanças nas políticas e nas instituições nacionais.

QUESTÃO 18

A Estratégia Nacional de Governo Digital orienta que os serviços públicos digitais sejam inclusivos, acessíveis e organizados de modo a considerar as desigualdades sociais e as barreiras enfrentadas pelos cidadãos.

BRASIL. Decreto nº 12.069, de 21 de junho de 2024. Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Governo Digital e a Rede Nacional de Governo Digital. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Arts. 8º e 9º. Adaptado.

Considere que um ente federativo passou a oferecer determinado serviço público exclusivamente por um único canal digital. O procedimento era igual para todos os cidadãos, mas

avaliações posteriores revelaram índices menores de acesso entre grupos socialmente vulneráveis.

Considerando a diferença entre igualdade formal e igualdade material, essa política

- A) concretiza a universalidade dos direitos, pois a utilização do mesmo canal assegura condições equivalentes de atendimento.
- B) promove a igualdade material, pois a uniformização dos procedimentos impede privilégios na prestação do serviço público.
- C) preserva a efetividade do direito, pois as diferenças de utilização não alteram a disponibilidade jurídica do serviço.
- D) assegura igualdade formal de acesso, mas não garante sua efetivação material, por desconsiderar as barreiras enfrentadas pelos grupos vulneráveis.
- E) transfere adequadamente aos cidadãos a responsabilidade pela adaptação às tecnologias utilizadas na modernização do Estado.

QUESTÃO 19

As transformações recentes no contexto socioeconômico brasileiro têm sido marcadas por dinâmicas simultâneas de expansão do acesso a bens e serviços e persistência de desigualdades sociais estruturais. Nesse cenário, observam-se mecanismos de inclusão econômica e formas renovadas de vulnerabilidade social, especialmente em contextos de instabilidade do mercado de trabalho e de heterogeneidade regional.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Adaptado.

A partir das informações contidas no texto e dos conhecimentos sobre a formação social e econômica do Brasil, o contexto socioeconômico brasileiro se caracteriza essencialmente pela manutenção da

- A) ampliação do mercado consumidor como principal mecanismo de integração social, acompanhada de redução gradual das diferenças de renda e de acesso a oportunidades entre grupos e regiões.
- B) integração progressiva das diferentes regiões brasileiras, impulsionada pela expansão do crédito e dos serviços, ainda que persistam desigualdades pontuais no mercado de trabalho.
- C) coexistência entre avanços na inclusão econômica e desigualdades estruturais, que se manifestam sob novas formas diante da instabilidade do mercado de trabalho.
- D) concentração das vulnerabilidades sociais nos trabalhadores inseridos em ocupações informais, enquanto as desigualdades regionais perdem relevância diante da integração econômica nacional.
- E) dependência da redução das desigualdades em relação aos períodos de crescimento econômico, nos quais a expansão do emprego e do consumo distribui-se de maneira socialmente equilibrada.

Texto I

O realismo capitalista manifesta-se na percepção de que as formas atuais de organização econômica e social seriam as únicas possíveis. Nesse contexto, mudanças tecnológicas podem parecer inevitáveis, embora sua utilização resulte de escolhas políticas, institucionais e coletivas.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. Adaptado.

Texto II

A inteligência artificial generativa pode aumentar a produtividade e transformar diferentes ocupações. Seus efeitos sobre o trabalho, entretanto, dependem das políticas públicas, da qualificação profissional e das decisões tomadas por empresas e governos durante sua adoção.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Um em cada quatro empregos serão transformados pela inteligência artificial generativa, de acordo com novo índice da OIT e do NASK. Genebra: OIT, 20 maio 2025. Adaptado.

A análise conjunta dos textos indica que as transformações provocadas pela inteligência artificial no mercado de trabalho

- A) podem reproduzir desigualdades e formas de exploração existentes, conforme as escolhas que orientem a incorporação da tecnologia às relações de trabalho.
- B) reduzem a influência das decisões institucionais, pois os recursos tecnológicos passam a determinar a organização das atividades profissionais.
- C) resultam de uma evolução autônoma da tecnologia, independente das condições históricas, sociais e políticas de cada sociedade.
- D) tendem a igualar as condições de inserção profissional à medida que o aumento da produtividade gera novas ocupações.
- E) substituem progressivamente a regulação das relações de trabalho por critérios de eficiência técnica e inovação.

* * *

QUESTÃO 21

Considere que durante a tramitação de pedidos de licença administrativa no Poder Executivo municipal, um servidor efetivo responsável pela conferência documental recebeu de um vereador a solicitação de que determinado processo fosse analisado antes dos demais, sob o argumento de que o interessado havia colaborado com atividades comunitárias promovidas pelo parlamentar.

O vereador acrescentou que, por integrar um dos Poderes do Município, poderia orientar diretamente o trabalho do servidor. Não havia previsão legal de prioridade para o processo nem ordem formal expedida pela chefia administrativa competente.

A partir da organização dos Poderes, os princípios da Administração Pública e os deveres funcionais do servidor, a conduta correta consiste em

- A) atender à solicitação, porque o vereador exerce função pública representativa e possui legitimidade para intervir na organização interna dos serviços municipais.
- B) encaminhar o processo para análise prioritária, desde que registre nos autos que a providência decorreu de solicitação formulada por membro do Poder Legislativo.
- C) manter a tramitação segundo os critérios administrativos aplicáveis aos demais processos, recusar a interferência funcional indevida e comunicar a ocorrência à autoridade competente.
- D) suspender imediatamente todos os processos semelhantes até que o Poder Legislativo delibere formalmente sobre os critérios de prioridade administrativa.
- E) cumprir a orientação do vereador e, posteriormente, solicitar à chefia do órgão a convalidação da alteração da ordem de análise.

QUESTÃO 22

Analisar o dispositivo a seguir, extraído da Lei Orgânica do Município de Riachão do Jacuípe:

Art. 7º-B. Ao Município incumbe, na sua órbita de atuação, concretizar os objetivos expressos na Constituição da República Federativa do Brasil, dentre eles, a eleição de representantes para o Legislativo e para o Executivo, em responsabilidade e transparência de ação, garantindo amplo acesso dos meios de comunicação aos atos e informações, bem como a participação, fiscalização e controle popular, nos termos desta Lei Orgânica.

RIACHÃO DO JACUIPE (BA). **Lei Orgânica do Município de Riachão do Jacuípe**. Republicação. Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal de Riachão do Jacuípe. 2018.

A compreensão do dispositivo permite concluir que a transparência da atuação municipal tem como finalidade principal

- A) assegurar a ampla divulgação dos atos administrativos, atribuindo aos meios de comunicação a responsabilidade institucional pela fiscalização permanente da gestão pública.

- B) possibilitar o acesso às informações públicas e favorecer a participação da sociedade no acompanhamento, na fiscalização e no controle da atuação do Município.
- C) garantir que o controle da Administração Pública seja exercido prioritariamente pelos representantes eleitos, cabendo à população acompanhar os resultados divulgados pelos órgãos públicos.
- D) condicionar a participação popular na fiscalização dos atos administrativos à autorização prévia da autoridade competente, preservando a organização interna da Administração.
- E) restringir os mecanismos de controle popular aos atos praticados pelo Poder Legislativo, por ser este o órgão diretamente representativo da população.

QUESTÃO 23

Considere que em razão do aumento da demanda por vagas na educação infantil, a Prefeitura do Município instituiu um programa para ampliar o atendimento às crianças em idade pré-escolar. Durante uma reunião administrativa, um servidor afirmou que a manutenção desses programas depende exclusivamente dos recursos financeiros municipais, não sendo admitida qualquer forma de cooperação entre os entes federativos.

Outro servidor discordou da afirmação e fundamentou seu entendimento no seguinte dispositivo da Lei Orgânica do Município de Riachão do Jacuípe:

Art. 8º. Compete ao Município prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras atribuições:

VII – manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e ensino fundamental.

RIACHÃO DO JACUIPE (BA). **Lei Orgânica do Município de Riachão do Jacuípe**. Republicação. Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal de Riachão do Jacuípe. 2018.

Considerando o dispositivo apresentado, a conduta administrativa adequada deve

- A) manter os programas de educação pré-escolar e ensino fundamental, admitindo a cooperação financeira da União e do Estado.
- B) manter os programas de ensino infantil e fundamental, uma vez que a educação pré-escolar constitui atribuição exclusiva do Estado.
- C) buscar cooperação financeira da União e do Estado somente quando houver autorização prévia da Câmara Municipal.
- D) transferir à União a responsabilidade pela manutenção dos programas de educação pré-escolar e ensino fundamental.
- E) restringir a cooperação entre os entes federativos aos casos de insuficiência financeira do Município, por se tratar de medida excepcional.

Os princípios constitucionais da administração pública estão previstos no caput do artigo 37 da Constituição Federal de 1988. Eles estabelecem que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes e de todos os entes federativos deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A partir da compreensão desses princípios da administração pública, considere que uma unidade municipal responsável pela análise de licenças e autorizações, em uma auditoria, identificou aumento expressivo do tempo de espera e ausência de informações públicas sobre a tramitação dos requerimentos e tratamentos distintos entre interessados em situações semelhantes.

Para reorganizar o serviço, a direção da unidade municipal apresentou as seguintes medidas:

- I. adotar sistema eletrônico de triagem que respeite a ordem cronológica e as prioridades previstas em lei, utilizando critérios objetivos previamente divulgados;
- II. disponibilizar painel público com prazos médios, critérios de análise e situação dos processos, preservados os dados pessoais e as informações legalmente protegidas;
- III. inserir no painel eletrônico o nome, a fotografia e o slogan institucional da autoridade responsável pela modernização do serviço;
- IV. autorizar os servidores a dispensar documentos obrigatórios quando considerarem relevante o interesse econômico ou social do requerente;
- V. estabelecer metas de redução do prazo de análise e revisar os fluxos de trabalho, sem eliminar etapas ou exigências estabelecidas pela legislação.

Após examinar os efeitos jurídicos e administrativos do conjunto de propostas, a comissão responsável deverá adotar as medidas

- A) I, III e V, pois a divulgação da autoridade responsável atende à publicidade, enquanto a definição de metas concretiza a eficiência administrativa.
- B) II, IV e V, pois a transparência dos processos e a busca por resultados autorizam a flexibilização de exigências formais em situações consideradas socialmente relevantes.
- C) I, IV e V, mantendo reservadas as informações sobre critérios e prazos até a conclusão dos processos, para evitar interferências externas na atuação administrativa.
- D) I, II e V, pois a melhoria dos resultados deve observar critérios legais e objetivos, transparência institucional, ausência de promoção pessoal e tratamento impessoal dos interessados.
- E) II, III e V e substituir a ordem cronológica por classificação definida pela direção, pois a eficiência permite priorizar requerimentos com maior impacto econômico para o Município.

Considere que o Município de Riachão do Jacuípe iniciou a revitalização da área central da cidade e decidiu reorganizar a circulação de veículos em um importante corredor urbano. Durante a execução das obras, surgiram as seguintes demandas:

instalação de nova sinalização de regulamentação e advertência nas vias municipais; definição de novos sentidos de circulação em algumas ruas; aplicação de penalidades aos condutores que desrespeitassem a sinalização provisória implantada durante a obra.

Na fase de planejamento, foram apresentadas diferentes interpretações sobre a atuação do Município. Para subsidiar a decisão administrativa, a equipe técnica consultou o seguinte dispositivo da Lei Orgânica do Município de Riachão do Jacuípe:

Art. 8º. Compete ao Município prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras atribuições:

XXI – disciplinar o trânsito local, sinalizando as vias urbanas e suas estradas municipais, instituindo penalidades e dispondo sobre a arrecadação das multas, especialmente as relativas ao trânsito urbano, observada a legislação pertinente.

RIACHÃO DO JACUIPE (BA). **Lei Orgânica do Município de Riachão do Jacuípe**. Republicação. Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal de Riachão do Jacuípe. 2018.

Considerando a situação apresentada, a interpretação compatível com a competência municipal demonstra que

- A) o Município pode instalar a sinalização das vias urbanas, mas a criação de novos sentidos de circulação depende de autorização prévia do Estado.
- B) o Município pode organizar a circulação local, porém a aplicação de penalidades relacionadas ao trânsito urbano compete aos órgãos estaduais.
- C) a implantação de sinalização provisória durante obras públicas depende de ato conjunto do Município e da União, em razão da competência comum sobre o sistema viário.
- D) a arrecadação das multas decorrentes da fiscalização do trânsito urbano somente pode ocorrer mediante convênio específico celebrado com o Estado.
- E) o Município pode reorganizar a circulação nas vias urbanas, implantar a sinalização necessária, aplicar as penalidades cabíveis e arrecadar as multas correspondentes, desde que observe a legislação de trânsito aplicável.

* * *

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - Questões de 26 a 45

Para responder a essas questões, identifique APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque a letra correspondente na Folha de Respostas.

QUESTÃO 26

Durante uma ação de capacitação, fiscais municipais analisaram diferentes ingressos de recursos nos cofres públicos.

Situação	Características do ingresso
I	Pagamento exigido como punição pela realização de obra sem licença municipal.
II	Valor pago em decorrência de adesão voluntária a contrato de uso de espaço reservado em mercado público municipal.
III	Prestação obrigatória, instituída por lei, expressa em moeda, decorrente de situação lícita e exigida pela autoridade administrativa sem margem de escolha quanto à cobrança.
IV	Doação espontânea realizada por uma empresa para apoiar campanha promovida pelo Município.
V	Indenização exigida do particular em razão de dano causado a um veículo público.

De acordo com o conceito estabelecido pelo Código Tributário Nacional, constitui tributo o ingresso descrito na situação

- A) I, porque a exigência resultante do exercício do poder de polícia municipal apresenta natureza tributária.
- B) II, porque a utilização remunerada de um bem municipal converte o pagamento voluntário em receita tributária.
- C) IV, porque a incorporação do valor ao patrimônio público confere natureza tributária à doação recebida.
- D) III, porque a prestação reúne compulsoriedade, expressão pecuniária, instituição legal, ausência de caráter sancionatório e cobrança vinculada.
- E) V, porque a obrigação de reparar o prejuízo causado ao Município corresponde a uma obrigação tributária principal.

QUESTÃO 27

Para reorganizar sua Administração Tributária, determinado Município editou uma lei com as seguintes disposições:

- I. o Município permanece responsável pela instituição e pela alteração dos tributos de sua competência;
- II. uma autarquia municipal passa a executar a fiscalização, a arrecadação e os demais atos administrativos relacionados ao IPTU;
- III. a atribuição conferida à autarquia poderá ser revogada pelo Município;
- IV. uma instituição bancária será contratada para receber os pagamentos efetuados pelos contribuintes.

Ao analisar essa reorganização à luz do Código Tributário Nacional, o fiscal conclui corretamente que

- A) a competência tributária permanece com o Município, enquanto as funções administrativas podem ser atribuídas à autarquia, e o encargo bancário de arrecadação não representa delegação dessa competência.
- B) a competência tributária é transferida à autarquia, porque o exercício da fiscalização e da arrecadação torna essa entidade titular do poder de instituir e modificar o IPTU.
- C) a reorganização é inválida, porque a indelegabilidade da competência tributária impede a atribuição da fiscalização e da arrecadação a outra pessoa jurídica de direito público.
- D) a atribuição conferida à autarquia é definitiva, porque as funções administrativas tributárias, uma vez transferidas, não podem ser retomadas pelo ente político competente.
- E) o encargo atribuído à instituição bancária transfere-lhe a capacidade tributária ativa, permitindo-lhe fiscalizar, constituir e cobrar administrativamente o crédito de IPTU.

QUESTÃO 28

Considere a linha do tempo relativa à majoração da alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza — ISS:

Data	Ato ou ocorrência
20 de novembro do Ano 1	Publicação da lei municipal que aumenta a alíquota do ISS.
1º de janeiro do Ano 2	Data prevista na lei para o início da cobrança com a nova alíquota.
18 de fevereiro do Ano 2	Encerramento do prazo de noventa dias, contado a partir da publicação da lei.

Ao preparar o sistema municipal para a cobrança do imposto, o fiscal deverá considerar que a nova alíquota poderá ser aplicada

- A) desde 20 de novembro do Ano 1, porque a publicação da lei atende à legalidade e autoriza a cobrança imediata do tributo majorado.
- B) a partir de 1º de janeiro do Ano 2, porque a mudança de exercício financeiro é suficiente para legitimar a majoração do ISS.
- C) a partir de 19 de fevereiro do Ano 2, porque a cobrança deve observar cumulativamente a anterioridade anual e a anterioridade nonagesimal.
- D) a partir do encerramento da noventena, ainda que esse prazo termine no mesmo exercício financeiro em que a lei tenha sido publicada.
- E) somente a partir de 1º de janeiro do Ano 3, porque o prazo nonagesimal começa a ser contado no primeiro dia do exercício seguinte.

QUESTÃO 29

Ao conferir os ingressos registrados no sistema financeiro municipal, um fiscal identificou as seguintes receitas:

Ingresso	Origem
I	Valores arrecadados diretamente pelo Município a título de ISS devido conforme a legislação tributária municipal.
II	Parcela correspondente a 50% do IPVA arrecadado pelo Estado sobre automóveis licenciados no território municipal.
III	Valores recebidos pelo Município por meio do Fundo de Participação dos Municípios — FPM.

Considerando a organização do Sistema Tributário Nacional e a repartição constitucional das receitas tributárias, a análise correta desses ingressos é a de que

- A) os três decorrem do exercício da competência tributária municipal, porque a titularidade da receita confere ao Município o poder de instituir os tributos que a originaram.
- B) o ingresso I resulta da arrecadação de imposto de competência municipal, enquanto os ingressos II e III decorrem da repartição constitucional de receitas, sem transferência da competência para instituir os respectivos impostos.
- C) o ingresso II resulta da arrecadação de imposto municipal, porque a participação no produto do IPVA confere ao Município competência para fiscalizar e cobrar esse tributo.
- D) os ingressos I e II resultam de impostos de competência municipal, enquanto o ingresso III constitui transferência voluntária por ser recebido por intermédio de um fundo.
- E) os ingressos II e III dependem de convênio com os entes arrecadadores, porque a Constituição não assegura diretamente essas receitas aos municípios.

QUESTÃO 30

Durante a atualização do cadastro imobiliário municipal, um fiscal analisou um imóvel localizado na zona urbana, para o qual foram apurados os seguintes dados:

Elemento cadastral	Valor (R\$)
Valor pelo qual o imóvel seria negociado em condições normais de mercado	480.000,00
Preço pago pelo proprietário na aquisição, realizada cinco anos antes	320.000,00
Valor dos móveis e equipamentos mantidos no imóvel	90.000,00
Rendimento anual obtido com a locação	36.000,00

Para determinar a base de cálculo do IPTU, de acordo com o Código Tributário Nacional, o fiscal deverá considerar

- A) o preço histórico de R\$ 320.000,00, porque a base de cálculo corresponde ao valor comprovadamente pago pelo proprietário na aquisição do imóvel.

- B) o rendimento anual de R\$ 36.000,00, porque a exploração econômica do imóvel substitui o valor patrimonial na apuração do imposto.
- C) o montante de R\$ 570.000,00, porque o valor dos móveis e equipamentos deve ser somado ao valor do imóvel para representar toda a capacidade econômica do contribuinte.
- D) somente o valor correspondente à construção, porque o IPTU não pode incidir sobre a parcela do valor relacionada ao terreno urbano.
- E) o valor venal de R\$ 480.000,00, sem incluir os móveis e equipamentos mantidos no imóvel para sua utilização ou comodidade.

QUESTÃO 31

Uma empresa estabelecida em município vizinho foi contratada por uma pessoa física para executar serviços de limpeza e conservação em imóvel de sua propriedade, situado em Riachão do Jacuípe. O serviço, previsto no subitem 7.10 da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003, foi integralmente executado no imóvel pelo preço de R\$ 80.000,00.

Durante a fiscalização, constatou-se que a empresa considerou o ISS devido somente ao município onde mantém seu estabelecimento, sem registrar qualquer obrigação tributária perante o Município de Riachão do Jacuípe.

À luz das normas gerais aplicáveis ao ISS, o fiscal deverá concluir que o imposto é devido

- A) ao Município de Riachão do Jacuípe, onde o serviço foi executado, tendo como base de cálculo o preço do serviço e como contribuinte a empresa prestadora.
- B) ao município onde se encontra o estabelecimento da empresa prestadora, porque essa regra prevalece para todos os serviços sujeitos ao ISS.
- C) ao Município de Riachão do Jacuípe, mas deve ser calculado somente sobre o valor dos materiais e equipamentos empregados na execução.
- D) ao Estado da Bahia, porque a prestação realizada fora do município do estabelecimento caracteriza serviço intermunicipal.
- E) aos dois municípios, cabendo a cada um exigir metade do imposto calculado sobre o preço do serviço.

QUESTÃO 32

Após o falecimento de sua mãe, Helena recebeu por herança um imóvel urbano. Meses depois, vendeu o bem a Paulo mediante pagamento em dinheiro, tendo sido a escritura de compra e venda registrada no Cartório de Registro de Imóveis. Para financiar a aquisição, Paulo constituiu hipoteca sobre o imóvel em favor de uma instituição financeira.

Ao analisar os atos praticados, o fiscal deverá considerar que o ITBI incide

- A) na aquisição por herança, porque qualquer mudança de proprietário de imóvel situado no Município está sujeita ao imposto municipal.
- B) na aquisição por herança e na compra e venda registrada, porque ambas produzem transferência definitiva da propriedade imobiliária.

- C) na constituição da hipoteca, porque a garantia concedida à instituição financeira representa transmissão onerosa de direito real sobre o imóvel.
- D) na compra e venda registrada entre Helena e Paulo, por caracterizar transmissão onerosa de imóvel entre pessoas vivas.
- E) nos três atos, porque a incidência do imposto decorre de qualquer alteração jurídica relacionada à propriedade ou aos direitos reais sobre imóveis.

QUESTÃO 33

O Município pretende estruturar fontes tributárias para três atuações públicas distintas:

Situação	Atuação municipal
I	Coleta domiciliar de resíduos, prestada de forma específica e divisível em relação aos imóveis atendidos.
II	Manutenção, expansão e melhoria do serviço de iluminação dos logradouros públicos.
III	Pavimentação de determinada via pública, da qual resultou valorização imobiliária individualmente apurável para os imóveis beneficiados.

Considerando as espécies tributárias previstas na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional, os instrumentos adequados para financiar as atuações I, II e III são, respectivamente,

- A) imposto municipal; taxa de iluminação pública; e contribuição social.
- B) taxa de serviço; contribuição de melhoria; e imposto sobre a propriedade.
- C) taxa de serviço; contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria da iluminação pública; e contribuição de melhoria.
- D) contribuição de melhoria; taxa de serviço; e contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria da iluminação pública.
- E) contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria da iluminação pública; imposto municipal; e taxa pelo exercício do poder de polícia.

QUESTÃO 34

Uma lei municipal concedeu isenção de ISS a determinadas entidades culturais, sem dispensá-las da entrega anual de declaração eletrônica com informações sobre os serviços prestados.

Uma entidade regularmente reconhecida como beneficiária da isenção deixou de apresentar a declaração no prazo estabelecido. Ao ser autuada, alegou que o benefício afastava tanto o pagamento do imposto quanto o cumprimento de qualquer dever relacionado a ele.

De acordo com o Código Tributário Nacional, essa alegação é

- A) procedente, porque a isenção extingue a obrigação principal e todas as obrigações acessórias relacionadas ao tributo.

- B) improcedente, porque a isenção não dispensa automaticamente a obrigação acessória, e seu descumprimento pode gerar obrigação principal relativa à penalidade pecuniária.
- C) procedente, porque somente as pessoas obrigadas ao pagamento do imposto podem ser submetidas à entrega de declarações fiscais.
- D) improcedente, porque a declaração constitui obrigação principal autônoma, cujo objeto é o pagamento antecipado do imposto isento.
- E) procedente, porque a Administração Tributária não pode fiscalizar fatos relacionados a tributo cujo crédito tenha sido excluído pela isenção.

QUESTÃO 35

Carlos e Renata são coproprietários, em partes iguais, de um terreno urbano. A legislação municipal identifica os proprietários como contribuintes do IPTU. Após o vencimento do imposto, nenhum pagamento foi realizado, e a Administração Tributária exigiu de Carlos a quitação integral do débito.

Carlos contestou a cobrança, alegando que:

1. poderia responder somente por metade do imposto;
2. a outra metade deveria ser exigida diretamente de Renata;
3. o Município deveria cobrar primeiro da coproprietária antes de exigir dele qualquer valor adicional.

De acordo com as regras de solidariedade estabelecidas pelo Código Tributário Nacional, a autoridade fiscal deverá concluir que

- A) cada coproprietário responde pela metade do imposto, a cobrança deve ser proporcional à participação no imóvel e o pagamento efetuado por um deles não produz efeitos para o outro.
- B) os coproprietários são solidariamente obrigados, mas o Município deve cobrar primeiro de Renata, embora o pagamento integral efetuado por Carlos aproveite aos dois.
- C) os coproprietários são solidariamente obrigados e não existe benefício de ordem, mas o pagamento integral efetuado por Carlos libera somente a parte correspondente à sua participação.
- D) os coproprietários não são solidariamente obrigados, porque a solidariedade tributária depende sempre de designação expressa em lei, ainda que exista interesse comum no fato gerador.
- E) os coproprietários são solidariamente obrigados, não existe benefício de ordem e o pagamento integral efetuado por qualquer deles aproveita ao outro.

QUESTÃO 36

Durante uma capacitação, fiscais municipais analisaram três procedimentos de constituição de créditos tributários:

Procedimento I: a autoridade administrativa identifica o fato gerador com base nos dados existentes no cadastro municipal, calcula o tributo e notifica o sujeito passivo, sem exigir declaração prévia.

Procedimento II: o sujeito passivo fornece à Administração informações sobre matéria de fato indispensáveis à apuração, e a autoridade utiliza esses dados para calcular o tributo e efetuar o lançamento.

Procedimento III: a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de apurar e pagar antecipadamente o tributo, sem exame prévio da autoridade, que posteriormente verifica a atividade realizada e a homologação.

Os procedimentos I, II e III correspondem, respectivamente, aos lançamentos

- A) de ofício, por declaração e por homologação.
- B) por declaração, de ofício e por homologação.
- C) por homologação, por declaração e de ofício.
- D) de ofício, por homologação e por declaração.
- E) por declaração, por homologação e de ofício.

QUESTÃO 37

Uma empresa foi notificada de lançamento complementar de ISS decorrente de fiscalização municipal. Dentro do prazo previsto na legislação do processo administrativo tributário, apresentou impugnação fundamentada contra o lançamento.

Antes do julgamento da defesa, o setor de cobrança solicitou a inscrição do débito em dívida ativa para posterior ajuizamento de execução fiscal.

Ao analisar o processo, o fiscal deverá considerar que a impugnação tempestiva

- A) extingue definitivamente o crédito tributário, impedindo nova exigência, ainda que a defesa seja posteriormente julgada improcedente.
- B) exclui o crédito tributário enquanto o processo estiver pendente, produzindo os mesmos efeitos jurídicos da isenção e da anistia.
- C) suspende a exigibilidade do crédito tributário, impedindo sua cobrança coercitiva enquanto não houver decisão administrativa definitiva, sem extinguir o crédito.
- D) suspende a cobrança somente quando acompanhada do depósito integral do valor discutido e de autorização judicial.
- E) não interfere na exigibilidade do crédito, porque somente medidas apresentadas ao Poder Judiciário podem impedir sua cobrança executiva.

QUESTÃO 38

Ao revisar processos administrativos tributários, um fiscal encontrou as seguintes situações:

Processo I: o contribuinte quitou integralmente o crédito tributário dentro do prazo estabelecido.

Processo II: com fundamento em lei municipal, a autoridade competente concedeu remissão de crédito tributário já constituído, em razão da comprovada situação econômica do sujeito passivo.

Processo III: uma lei municipal concedeu anistia relativa a penalidades decorrentes de infrações cometidas antes de sua vigência, sem alcançar atos praticados com dolo, fraude ou simulação.

A classificação correta dos efeitos produzidos nos processos I, II e III é

- A) o pagamento suspende a exigibilidade; a remissão exclui o crédito; e a anistia extingue o crédito relativo à penalidade.
- B) o pagamento e a anistia extinguem os respectivos créditos; e a remissão apenas suspende sua exigibilidade.
- C) o pagamento extingue o crédito; a remissão suspende sua exigibilidade; e a anistia constitui modalidade de isenção.
- D) o pagamento e a remissão extinguem os respectivos créditos tributários; e a anistia exclui o crédito correspondente à penalidade abrangida.
- E) o pagamento exclui o crédito; e a remissão e a anistia suspendem a exigibilidade dos respectivos créditos.

QUESTÃO 39

A legislação municipal exige licença para o funcionamento de estabelecimentos que armazenem produtos inflamáveis. Durante uma fiscalização, o agente competente constatou que determinada empresa exercia essa atividade sem a licença exigida.

O estabelecimento foi notificado e recebeu prazo para apresentar defesa. Após o regular processo administrativo, foi aplicada a medida de interdição prevista em lei, diante da permanência da irregularidade e do risco à segurança coletiva.

A atuação administrativa descrita caracteriza

- A) atividade contratual do Município, porque a licença decorre de acordo celebrado entre o Poder Público e o proprietário do estabelecimento.
- B) exercício regular do poder de polícia, porque disciplina uma atividade privada em razão do interesse público, por órgão competente, nos limites da lei e com observância do processo legal.
- C) intervenção irregular na atividade econômica, porque somente o Poder Judiciário pode limitar o funcionamento de estabelecimento privado.
- D) atividade de arrecadação tributária, porque a finalidade principal do poder de polícia consiste em constituir e cobrar créditos fiscais.
- E) exercício ilimitado de discricionariedade, porque a proteção da segurança coletiva permite à Administração atuar sem previsão legal e sem assegurar a defesa do interessado.

QUESTÃO 40

Durante uma auditoria fiscal, o Município obteve informações sobre o faturamento, as operações e a situação financeira de determinada empresa. Antes da conclusão do procedimento, foram apresentados três pedidos de acesso aos dados:

Pedido I: um veículo de comunicação solicitou cópias das declarações e dos documentos financeiros da empresa para produzir uma reportagem sobre a arrecadação municipal.

Pedido II: uma autoridade judicial requisitou informações específicas para instruir processo sob sua responsabilidade.

Pedido III: a Administração Tributária estadual solicitou dados relacionados à fiscalização de tributo de sua competência, no âmbito de procedimento regularmente instaurado e com

fundamento em convênio de cooperação e intercâmbio de informações.

De acordo com o Código Tributário Nacional, a autoridade municipal deverá

- A) negar o pedido I e atender aos pedidos II e III, observando os procedimentos destinados à formalização do compartilhamento e à preservação do sigilo.
- B) atender aos três pedidos, porque os dados obtidos pela Administração Tributária possuem natureza pública desde o início da fiscalização.
- C) negar os três pedidos, porque o sigilo fiscal impede qualquer compartilhamento de informações econômicas ou financeiras do sujeito passivo.
- D) atender somente ao pedido I, porque a liberdade de imprensa prevalece sobre o sigilo fiscal, e negar os pedidos apresentados pelas autoridades públicas.
- E) atender somente ao pedido III, porque o intercâmbio entre Administrações Tributárias é permitido, mas a requisição judicial depende da autorização do contribuinte.

QUESTÃO 41

Ao julgar uma impugnação apresentada contra auto de infração tributária, a autoridade municipal proferiu a seguinte decisão:

“O auto de infração possui presunção de legitimidade. Por essa razão, deixo de analisar os documentos apresentados pelo contribuinte e indefiro a produção da prova contábil requerida. Mantenho integralmente a autuação, sendo desnecessário examinar individualmente os argumentos da defesa.”

Considerando os princípios aplicáveis ao processo administrativo tributário, essa decisão é

- A) adequada, porque a presunção de legitimidade do auto de infração torna dispensável a análise das provas apresentadas pelo contribuinte.
- B) adequada, porque a produção de provas e a apresentação de argumentos defensivos são garantias restritas aos processos judiciais.
- C) inadequada somente quanto à prova contábil, porque a autoridade pode deixar de analisar os demais argumentos quando concordar com o fiscal autuante.
- D) inadequada, porque a presunção de legitimidade do auto não afasta o contraditório, a ampla defesa nem o dever de fundamentar a decisão mediante a análise das alegações e provas relevantes.
- E) adequada, porque a autoridade julgadora pode confirmar a autuação sem motivação específica sempre que o auto tiver sido lavrado por servidor competente.

QUESTÃO 42

A legislação municipal condiciona a emissão de licença de funcionamento para determinada atividade à apresentação prévia de certificado de segurança. Apesar dessa exigência, um servidor expediu a licença para uma empresa que não possuía nem apresentou o documento obrigatório.

Poucos dias depois, a Administração identificou a irregularidade. Como a licença já havia permitido o início da atividade, a autoridade responsável propôs revogá-la por razões de conveniência administrativa, sem instaurar procedimento para ouvir a empresa.

Nesse caso, a providência juridicamente adequada consiste em

- A) manter a licença, porque a presunção de legitimidade impede a Administração de rever ato que já tenha produzido efeitos favoráveis ao administrado.
- B) revogar a licença, porque todo ato administrativo pode ser retirado por conveniência, ainda que tenha sido praticado em desacordo com a lei.
- C) anular a licença por ilegalidade, assegurando à empresa o contraditório e a ampla defesa no procedimento administrativo.
- D) solicitar exclusivamente ao Poder Judiciário a retirada da licença, porque a Administração não pode invalidar os atos praticados por seus próprios servidores.
- E) aguardar o término do prazo de validade da licença, porque atos administrativos ilegais somente deixam de produzir efeitos após seu vencimento.

Durante uma fiscalização realizada em estabelecimento comercial, um agente municipal, no exercício de suas funções, manuseou inadequadamente o sistema elétrico do local e interrompeu o funcionamento dos equipamentos de refrigeração. A falha provocou a perda de mercadorias armazenadas, gerando prejuízo comprovado ao proprietário.

Ao solicitar indenização, o comerciante foi informado de que deveria processar diretamente o agente e demonstrar previamente a culpa pessoal do servidor para obter a reparação.

Considerando a responsabilidade civil do Estado prevista na Constituição Federal, essa orientação é

- A) correta, porque o Município somente responde por danos causados por decisões formais de seus dirigentes.
- B) incorreta, porque o Município responde objetivamente perante o terceiro pelo dano causado por seu agente nessa qualidade, assegurado o direito de regresso contra o servidor se comprovados dolo ou culpa.
- C) correta, porque todo dano causado durante fiscalização deve ser imputado exclusivamente ao agente que praticou materialmente o ato.
- D) incorreta, porque o Município e o agente respondem objetivamente e em partes iguais, independentemente da conduta adotada pelo servidor.
- E) correta, porque a fiscalização tributária constitui atividade de risco assumido pelo particular e afasta o dever de indenização do Poder Público.

Considere que durante a conferência dos ingressos orçamentários do Município de Riachão do Jacuípe, o Fiscal de Tributos examinou os seguintes registros:

Registro	Origem do ingresso
I	Arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza — ISS.
II	Venda, em leilão, de um veículo inservível pertencente ao Município.
III	Recursos recebidos em decorrência de operação de crédito contratada para financiar uma obra pública.

De acordo com a classificação orçamentária estabelecida pela Lei Federal nº 4.320/1964, esses ingressos devem ser classificados, respectivamente, como

- A) receita de capital decorrente de atividade tributária; receita corrente patrimonial; e receita corrente de transferências.
- B) receita corrente de serviços; receita de capital proveniente de operação de crédito; e receita de capital decorrente da alienação de bens.
- C) receita corrente tributária; receita corrente tributária; e receita de capital proveniente de transferência de capital.
- D) receita corrente tributária; receita corrente patrimonial; e receita de capital proveniente de operação de crédito.
- E) receita corrente tributária; receita de capital decorrente da alienação de bens; e receita de capital proveniente de operação de crédito.

Um Fiscal de Tributos foi designado para examinar a regularidade fiscal de uma empresa cuja escrituração contábil é realizada pelo escritório de seu cônjuge. Embora não seja sócio da empresa fiscalizada, o servidor reconhece que o resultado do procedimento pode repercutir nos interesses profissionais e econômicos de sua família.

Diante dessa situação, a conduta compatível com a ética pública e com os princípios que regem a Administração Pública consiste em

- A) realizar a fiscalização, desde que informe ao contribuinte sua relação familiar com o escritório responsável pela contabilidade.
- B) conduzir as diligências preliminares e transferir a outro fiscal somente a decisão sobre eventual lançamento tributário.
- C) permanecer no procedimento, desde que todas as suas conclusões sejam posteriormente confirmadas pela chefia imediata.
- D) prosseguir na fiscalização por se tratar de atividade vinculada, afastada a possibilidade de interferência de interesses particulares.
- E) comunicar formalmente a situação à autoridade competente, abster-se de atuar no procedimento e aguardar a designação de outro servidor.